Insolventes: Magda Oliveira Batista Fonseca, estado civil: Casada, nascida a 30-09-1975, concelho do Barreiro, freguesia do Barreiro, NIF 210573899, B.I. n.º 11154086, residente em Paredes Velhas, Cambra, 3670-000 Vouzela; e Mário Jorge Laranjeira Mendes Fonseca, estado civil: casado, nascido a 17-03-1972, concelho do Seixal, freguesia de Arrentela, Seixal, NIF 192081047, B.I. n.º 10104130, residente em Paredes Velhas, Cambra, 3670-000 Vouzela

Publicidade de sentença e citação de credores e outros interessados nos autos de Insolvência acima identificados

No Tribunal Judicial de Vouzela, Secção Única de Vouzela, no dia 09-02-2012, pelas 11,00 horas, foi proferida sentença de declaração de insolvência do(s) devedor(es): Magda Oliveira Batista Fonseca, estado civil: Casada, nascida a 30-09-1975, concelho do Barreiro, freguesia do Barreiro, NIF 210573899, B.I. n.º 11154086, residente em Paredes Velhas, Cambra, 3670-000 Vouzela; e Mário Jorge Laranjeira Mendes Fonseca, estado civil: casado, nascido a 17-03-1972, concelho do Seixal, freguesia de Arrentela, Seixal, NIF 192081047, B.I. n.º 10104130, residente em Paredes Velhas, Cambra, 3670-000 Vouzela

São administrador dos devedores: Magda Oliveira Batista Fonseca, estado civil: Casada, nascida a 30-09-1975, concelho do Barreiro, freguesia do Barreiro, NIF 210573899, B.I. n.º 11154086, residente em Paredes Velhas, Cambra, 3670-000 Vouzela; e Mário Jorge Laranjeira Mendes Fonseca, estado civil: casado, nascido a 17-03-1972, concelho do Seixal, freguesia de Arrentela, Seixal, NIF 192081047, B.I. n.º 10104130, residente em Paredes Velhas, Cambra, 3670-000 Vouzela, a quem é fixado domicílio na(s) morada(s) indicada(s). Para Administrador da Insolvência é nomeada a pessoa adiante identificada, indicando-se o respetivo domicílio: Ana Maria de Andrade e Silva Amaro, com domicílio profissional na Avenida Dr. Lourenço Peixinho, Edifício 15, 3.º, G, 3800-164 Aveiro. Ficam advertidos os devedores do insolvente de que as prestações a que estejam obrigados, deverão ser feitas ao administrador da insolvência e não ao próprio insolvente. Ficam advertidos os credores do insolvente de que devem comunicar de imediato ao administrador da insolvência a existência de quaisquer garantias reais de que beneficiem. Declara-se aberto o incidente de qualificação da insolvência com caráter pleno (alínea *i* do artigo 36.º-CIRE). Para citação dos credores e demais interessados correm éditos de 5 dias. Ficam citados todos os credores e demais interessados de tudo o que antecede e ainda: O prazo para a reclamação de créditos foi fixado em 30 dias. O requerimento de reclamação de créditos deve ser apresentado ou remetido por via postal registada ao administrador da insolvência nomeado, para o domicílio constante do presente edital (n.º 2 artigo 128.º do CIRE), acompanhado dos documentos probatórios de que disponham. Mesmo o credor que tenha o seu crédito por reconhecido por decisão definitiva, não está dispensado de o reclamar no processo de insolvência (n.º 3 do artigo 128.º do CIRE). Do requerimento de reclamação de créditos deve constar (n.º 1, artigo 128.º do CIRE):

A proveniência do(s) crédito(s), data de vencimento, montante de capital e de juros;

As condições a que estejam subordinados, tanto suspensivas como resolutivas;

A sua natureza comum, subordinada, privilegiada ou garantida, e, neste último caso, os bens ou direitos objeto da garantia e respetivos dados de identificação registral, se aplicável;

A existência de eventuais garantias pessoais, com identificação dos garantes;

A taxa de juros moratórios aplicável.

É designado o dia 19-04-2012, pelas 10:00 horas, para a realização da reunião de assembleia de credores de apreciação do relatório, podendo fazer-se representar por mandatário com poderes especiais para o efeito. É facultada a participação de até três elementos da Comissão de Trabalhadores ou, na falta desta, de até três representantes dos trabalhadores por estes designados (n.º 6 do Artigo 72.º do CIRE). Da presente sentença pode ser interposto recurso, no prazo de 15 dias (artigo 42.º do CIRE), e ou deduzidos embargos, no prazo de 5 dias (artigo 40.º e 42 do CIRE). Com a petição de embargos, devem ser oferecidos todos os meios de prova de que o embargante disponha, ficando obrigado a apresentar as testemunhas arroladas, cujo número não pode exceder os limites previstos no artigo 789.º do Código de Processo Civil (n.º 2 do artigo 24.º do CIRE). Ficam ainda advertidos que os prazos para recurso, embargos e reclamação de créditos só começam a correr finda a dilação e que esta se conta da publicação do anúncio. Os prazos são contínuos, não se suspendendo durante as férias judiciais (n.º 1 do artigo 9.º do CIRE). Terminando o prazo em

dia que os tribunais estiverem encerrados, transfere-se o seu termo para o primeiro dia útil seguinte.

Informação — Plano de insolvência

Pode ser aprovado Plano de Insolvência, com vista ao pagamento dos créditos sobre a insolvência, a liquidação da massa e a sua repartição pelos titulares daqueles créditos e pelo devedor (artigo 192.º do CIRE).

Podem apresentar proposta de Plano de Insolvência o administrador da insolvência, o devedor, qualquer pessoa responsável pelas dívidas da insolvência ou qualquer credor ou grupo de credores que representem um quinto do total dos créditos não subordinados reconhecidos na sentença de graduação de créditos ou, na falta desta, na estimativa do Sr. Juiz (artigo 193.º do CIRE).

2 de março de 2012. — A Juíza de Direito, *Dr.ª Maria Teresa de Amorim Braz*. — O Oficial de Justiça, *Manuel Sobral Penela*.

305816151

CONSELHO SUPERIOR DOS TRIBUNAIS ADMINISTRATIVOS E FISCAIS

Deliberação (extrato) n.º 367/2012

Por deliberações do Conselho Superior dos Tribunais Administrativos e Fiscais de 19 de janeiro de 2012:

Dr. Nuno Maria e Sousa Coutinho, juiz de direito, do Tribunal Administrativo e Fiscal do Porto (área administrativa), destacado no Tribunal Administrativo e Fiscal de Braga (área administrativa) — prorrogado, até ao próximo movimento judicial, o destacamento no Tribunal Administrativo e Fiscal de Braga (área administrativa).

Dra. Maria Celeste Gomes Oliveira, juíza de direito, do Tribunal Administrativo e Fiscal de Penafiel (área administrativa), destacada no Tribunal Administrativo e Fiscal do Porto (área tributária) — prorrogado, até ao próximo movimento judicial, o destacamento no Tribunal Administrativo e Fiscal do Porto (área tributária).

24 de janeiro de 2012. — O Presidente do Conselho Superior dos Tribunais Administrativos e Fiscais, *António Francisco de Almeida Calhau*.

205813227

Deliberação (extrato) n.º 368/2012

Por deliberações do Conselho Superior dos Tribunais Administrativos e Fiscais de 24 de fevereiro de 2012:

Dra. Maria Manuela Vieira Dias Lopes, Juíza de direito, do Tribunal Administrativo e Fiscal de Leiria (área tributária), destacada no Tribunal Administrativo e Fiscal de Sintra (área tributária) — prorrogado, até ao próximo movimento judicial, o destacamento no Tribunal Administrativo e Fiscal de Sintra (área tributária).

Dra. Maria da Conceição Pereira Soares, Juíza de direito, do Tribunal Administrativo e Fiscal de Braga (área tributária), destacada no Tribunal Administrativo e Fiscal do Porto (área tributária) — prorrogado, até ao próximo movimento judicial, o destacamento no Tribunal Administrativo e Fiscal do Porto (área tributária).

Dr. Luís Ricardo Novais Machado Ferreira Leite, juiz de direito do Tribunal Administrativo e Fiscal de Braga (área administrativa) e, em acumulação na área de contencioso tributário do mesmo Tribunal — prorrogado, até ao próximo movimento judicial, o regime de acumulação de funções para movimentar processos da área do contencioso tributário do Tribunal Administrativo e Fiscal de Braga, sem prejuízo do serviço que lhe compete como juiz do contencioso administrativo desse Tribunal.

Dr. Vitor Domingos de Oliveira Salazar Unas, juiz auxiliar, a exercer funções, em regime de destacamento, no Tribunal Administrativo e Fiscal de Braga (área tributária) — prorrogado, até ao próximo movimento judicial, o destacamento no Tribunal Administrativo e Fiscal de Braga (área tributária).

29 de fevereiro de 2012. — O Presidente do Conselho Superior dos Tribunais Administrativos e Fiscais, *António Francisco de Almeida Calhau*.

205813187